



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.153-A, DE 2011

(Do Sr. Sandro Mabel)

Acrescenta dispositivos à CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943), dispondo sobre o procedimento conjunto de jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho, para possibilitar a homologação de acordo extrajudicial firmado pelos interessados; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. LUCIANO CASTRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- voto em separado

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 643 – Os dissídios e os acordos extrajudiciais oriundos das relações de trabalho, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão homologados e dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.” (NR)

Art. 2º - O art. 652 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 652 - Compete às Varas do Trabalho:

a) homologar, conciliar e julgar:

.....

VI – os acordos extrajudiciais, segundo os preceitos contidos na presente Consolidação.” (NR)

Art. 3º - A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“TÍTULO X - DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO E PROCEDIMENTO CONJUNTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL.

Art. 764-A. Os interessados em prevenirem ou terminarem litígio oriundo da relação de trabalho, mediante concessões mútuas e por transação de direitos, poderão submeter à homologação judicial acordo conjuntamente entabulado, ainda que inclua matéria não posta em juízo.

Art. 764–B. O procedimento terá início por provocação conjunta dos interessados, obrigatoriamente assistidos por seus respectivos advogados, cabendo-lhes formular o pedido em requerimento dirigido ao juiz, contendo as condições do acordo e com a indicação da providência judicial.

Art. 764-C. Na audiência designada, o juiz, ouvindo antes os interessados decidirá, com resolução de mérito, valendo a sentença homologatória como título executivo judicial.

Art. 764-D. Da sentença que decidir pela não homologação do pedido formulado pelos interessados, somente caberá recurso para a instância superior quando interposto conjuntamente pelos interessados. “ (NR)

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição foi apresentada na Legislatura passada pelo ex-deputado Ruy Pauletti do PSDB/RS. A reapresentação tem como finalidade dar continuidade ao trabalho iniciado pelo ex-deputado que não retornou a essa legislatura. A proposição é bastante relevante e importante para os trabalhadores de todo o Brasil, assim, reapresento-a nesta nova legislatura e conto com o apoio de todos os pares na aprovação.

O inciso IX do artigo 114 da Constituição Federal diz que:

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei’.

E controvérsia, segundo o Novo Aurélio Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa, significa discussão, debate ou polêmica. Assim, controvérsia não é, necessariamente, conflito.

O artigo 840 do Código Civil Brasileiro dispõe que: **“É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões recíprocas”.**

E só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação, conforme o disposto no artigo 841 do mesmo CCB.

O instituto da transação tem por finalidade prevenir eventual litígio entre as partes que por qualquer fato, tiveram uma relação de trabalho ou qualquer outra vinculação ensejadora de obrigações.

E controvérsias não surgem tão-somente após a ruptura da relação de trabalho, sendo muito comum surgirem na constância desse vínculo, notadamente se este perdura por longos anos, podendo ser resolvidas entre as partes, sem que haja a ruptura do contrato, sempre com o objetivo de manter ou dar continuidade à relação laboral existente.

O ilustre Professor Arnaldo Sussekind, in Instituições de Direito do Trabalho, 16ª edição, Editora Ltr, vol. I, pág. 208, lecionando sobre o instituto da transação diz que:

“(....) a transação “é um ato jurídico pelo qual as partes, fazendo-se concessões recíprocas, extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas”. A transação pressupõe uma incerteza, sempre do ponto de vista

subjetivo, sobre o direito ou a situação jurídica, que lhe diz respeito, no que concerne à existência, limites ou modalidades: é uma res dúbia, segundo a doutrina tradicional, estendendo-se a dúvida num sentido objetivo, porém tal que possa ser reconhecida como possível e razoável, segundo as contingências comuns da vida, tendo-se em contas as circunstâncias do caso”.

O Processo do Trabalho tem sua disciplina na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT -, principalmente, e encontra no processo comum sua fonte subsidiária, conforme o seu artigo 769.

Consoante a corrente interpretação do art. 769 da CLT, a aplicação de regras do processo comum ao Processo do Trabalho é mais que aplicação do Código de Processo Civil, posto que a esse não se reduza o “processo comum”.

Assim, normas processuais dos mais diferentes diplomas podem ser aplicadas no Processo do Trabalho desde que presentes às exigências de omissão da CLT e compatibilidade da regra com o processo especial (LAURINDO, 1995, p. 313-319, citado pelo Juiz do Trabalho Marcílio Florêncio Mota, in “A ação para homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho”).

Da mesma lavra do Digno Juiz Pernambucano, é importante transcrever daquele importantíssimo artigo:

“Assim, é forçoso concluir que perfeitamente aplicável ao Processo do Trabalho a regra do art. 57 da Lei nº 9.099/95, na medida que este processo não tem disciplina da matéria e por ser a homologação de acordo extrajudicial compatível com o princípio da conciliação dos litigantes, o qual, no dizer de Isis de Almeida (1997, p. 49-61) é o mais peculiar dos princípios do Processo do Trabalho.

No que respeita à adoção da homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, vislumbramos que ela servirá ao fim de proporcionar aos interessados a segurança que a homologação judicial proporciona, ou seja, a impossibilidade de questionamento do ajuste e do possível pagamento, como regra. É possível sua adoção para a definição de inúmeras controvérsias, inclusive as surgidas em plena execução do contrato de trabalho ou de outra relação de trabalho. Veja-se, por oportuno, que essa possibilidade de homologação terá o condão de acabar com as ações simuladas, em especial naquelas hipóteses em que a simulação for com o objetivo de violar direitos do trabalhador. Nesse quadrante, é oportuno destacar que a atuação em tal nível restabelecerá a amplitude da Justiça do Trabalho, cuja tentativa de esvaziamento restou evidente com a criação das Comissões de Conciliação Prévia – Lei nº 9.958/2000.”

Nota-se, que o inciso IX do artigo 114 da Constituição Federal, que trata da matéria, consiste em **disposição de natureza programática** e por isso deve ser aplicado em consonância com a legislação vigente, no caso o inciso III do

artigo 269 e inciso V do artigo 475-N, ambos do CPC; e 769 da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o artigo 57 da Lei Federal nº 9.099/1995.

A Carta Magna, no inciso IX do art. 114, nada mais fez do que ampliar a atuação da Justiça do Trabalho, permitindo homologar os acordos extrajudiciais, tanto que, no final do citado dispositivo, há uma expressa assertiva de que a controvérsia será resolvida "na forma da lei", ou seja, da CLT (art. 769, pela aplicação subsidiária do Código de Processo Civil - artigos 269, III e 465-N, V -, e artigo 57 da Lei nº 9.099/1995).

Segundo entendimento do mesmo Magistrado de Pernambuco:

“Considere-se, igualmente, que a natureza da relação travada entre empregador e trabalhador, marcada fortemente pela intervenção estatal reguladora, também não é obstáculo a que se reconheça no Judiciário Trabalhista uma instância homologatória de acordos extrajudiciais em matéria trabalhista. A regra do art. 57 da Lei nº 9.099/1995, que entendemos de perfeita aplicação no Processo do Trabalho, diz da atuação homologatória para acordos de “qualquer natureza”.

Tenha-se, ainda, que as questões em torno do trabalho não podem ser tidas, em princípio, como mais relevantes que as que versam sobre a família e, indiscutivelmente, **essas sempre puderam ser objeto de deliberação extrajudicial e homologação pelo juízo competente (gn).**

De qualquer sorte, o conteúdo do acordo extrajudicial que se pretende ver homologado passará pelo crivo do Juiz do Trabalho a que for proposta a pretensão, ao qual é recomendável a audição dos interessados.

Não seria ofensiva do direito, todavia, um acordo em razão da controvérsia sobre a existência do direito individual, quando, por exemplo, os fatos em torno da constituição dele são duvidosos ou ameaçados por outros fatos impeditivos, extintivos ou modificativos. Noutras palavras, a atuação em juízo de homologação dar-se-á nos mesmos moldes em que se dá, na atualidade, a homologação de acordos em decorrência de Reclamação Trabalhista.

Já artigo 269, inciso III do CPC, diz:

“Extingue-se o processo com julgamento de mérito:

.....

III – quando as partes transigirem;”

Em verdade, quando os operadores da Justiça do Trabalho se convencerem que esta também deve fazer o papel de facilitadora, exercendo o seu primitivo mote de conciliadora, certamente que tais acordos deveriam ser por ela homologados.

Há Juízes de primeiro grau, e quem sabe do segundo simpáticos à idéia de homologação de acordos extrajudiciais, mas não encontram amparo legal para tanto.

Não faz muitos anos que certos setores da sociedade brasileira propugnavam pela extinção da Justiça do Trabalho e que as questões das relações

de trabalho deveriam ser resolvidas pela Justiça Comum Estadual, a exemplo do que fazem outros países, que não tem justiça especializada para tratar dos temas laborais.

As razões dos defensores desta idéia foram muitas, uma delas era a de não homologar acordos extrajudiciais, a exemplo do que sempre fez e faz a Justiça Comum amparada no atual inciso III do artigo 475-N, do CPC, que diz:

“São títulos executivos judiciais:

.....

III – a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo”;

Ora a intenção do legislador pátrio está muito clara, no sentido de tornar mais ágil e menos onerosa a prestação jurisdicional.

Na mesma linha de prestigiar a conciliação, a CLT sofreu alterações, e como lei não só temos a CLT, mas também a Lei nº 9.307, de 23/09/1996.

Na própria CLT foi introduzido o Título VI – A, que trata das Comissões de Conciliação Prévia, estando a atuação delas regulada nos artigos 625-A a 625-H.

Aqui o Termo de Conciliação feito na Comissão de Conciliação Prévia, porventura não cumprida pela parte devedora, é título executivo judicial e na Justiça do Trabalho será executado, nos termos do parágrafo único do artigo 625-E.

Então nos cabe perguntar: Qual é a diferença entre um Conciliador e um Juiz do Trabalho? Quem está mais bem preparado para analisar e conciliar os interesses das partes, principalmente do trabalhador?

É o Juiz, por óbvio, que em sua função jurisdicional não se limitará simplesmente em homologá-los, sem antes apreciá-los à luz do ordenamento jurídico vigente. Já é tempo da Justiça do Trabalho mudar.

Transportando a tese para o âmbito do Direito de Família, é por demais sabidos que nos casos de separação e divórcio consensual, as partes podem requerer ao Juiz competente da Justiça Comum, mediante petição conjunta e assistidos por advogado (s), a homologação da separação ou do divórcio, inclusive com a partilha de bens, e muitas vezes envolvendo valores patrimoniais expressivos, muito superiores aos que comumente são apreciados pela Justiça do Trabalho (Art. 1.574 do CCB).

A resistência da Justiça obreira em não homologar acordos extrajudiciais, livremente pactuados, deixará de existir com a aprovação do presente projeto de lei.

Como vimos, a ferrenha resistência para tais homologações judiciais persiste unicamente na Justiça do Trabalho, em que pese toda a modificação ocorrida nestes últimos tempos no direito material e processual civil, perfeitamente aplicável ao processo do trabalho, a teor do artigo 769 da CLT.

A aprovação deste Projeto de Lei certamente que trará vantagens e benefícios para o trabalhador, que assistido por advogado terá suas controvérsias resolvidas em menor tempo, sem prejudicar a manutenção do vínculo existente.

Acreditamos que as partes integrantes da relação de trabalho se beneficiarão diretamente com a alteração ora proposta, pois as controvérsias se resolverão por ajuste entre as partes.

Da mesma forma a sociedade, pela natural diminuição dos conflitos judiciais. E, por fim, o Estado, que economizará em muito com os custos do judiciário trabalhista, que crescem dia a dia.

Para melhor ilustrar essa realidade, apresentamos, a seguir, dados informados pelo Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e publicado pela revista do TST, Brasília, vol.74, nº3:

“No exercício de 2007, foram ajuizadas nas Varas ações que compuseram 1.824.661 processos. Deste total foram julgadas 1.813.355 ou 99,38%, o que demonstra que estamos no limiar de inverter a tendência, isto é, de passarmos a julgar mais processos do que recebemos, iniciando-se assim a redução dos nossos resíduos.

Nos TRTs ingressaram 646.671 recursos e ações originárias, tendo sido julgados 613.449 ou 94,86%. No TST, no ano de 2007 ingressaram 165.466 recursos e ações originárias, tendo sido julgados 153.592 ou 92,82%.

Os valores pagos aos reclamantes, no ano de 2007, atingiram o total de R\$ 9.893.591.226,38. Nesse mesmo ano, a Justiça do Trabalho arrecadou R\$ 1.260.865.302,41 de contribuições para a Previdência Social, mais R\$ 1.140.977.128,50 de Imposto de Renda, R\$ 188.229.502,22 de custas e R\$ 8.621.329,38 de emolumentos. O total arrecadado, portanto, foi de R\$ 2.598.693.262,51, apesar de não sermos órgão arrecadador típico”.

Portanto colegas parlamentares peço a apreciação positiva desta matéria que penso ser de fundamental relevância para o nosso sistema jurídico e das relações entre o empregador e o empregado.

Sala das Sessões em, 26 de abril de 2011.

Deputado Federal Sandro Mabel

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
.....

.....
CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
.....

.....
Seção V
Dos Tribunais e Juízes do Trabalho
.....

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

IV - os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; *(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo: (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....
.....

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

.....

TÍTULO VI-A

DAS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

(Título acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação)

Art. 625-A. As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.

Parágrafo único. As Comissões referidas no *caput* deste artigo poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical. (Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação)

Art. 625-B. A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros, e observará as seguintes normas:

I - a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional;

II - haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares;

III - o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de um ano, permitida uma recondução.

§ 1º É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

§ 2º O representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade. (Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação)

Art. 625-C. A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo. (Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação)

Art. 625-D. Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

§ 1º A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, sendo entregue cópia datada e assinada pelo membro aos interessados.

§ 2º Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

§ 3º Em caso de motivo relevante que impossibilite a observância do procedimento previsto no *caput* deste artigo, será a circunstância declarada na petição inicial da ação intentada perante a Justiça do Trabalho.

§ 4º Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

Art. 625-E. Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu proposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes.

Parágrafo único. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

Art. 625-F. As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem a realização da sessão, será fornecida, no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2º do art. 625-D. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

Art. 625-G. O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, começando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto no art. 625-F. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

Art. 625-H. Aplicam-se aos Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista em funcionamento ou que vierem a ser criados, no que couber, as disposições previstas neste Título, desde que observados os princípios da paridade e da negociação coletiva na sua constituição. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 9.958, de 12/1/2000, publicada no DOU de 13/1/2000, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

TÍTULO VII DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO, DA AUTUAÇÃO E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais dos Institutos de Seguro Social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serão

competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

.....

TÍTULO VIII DA JUSTIÇA DO TRABALHO

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 643. Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho. *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 7.494, de 17/6/1986)*

§ 1º As questões concernentes à previdência social serão decididas pelos órgãos e autoridades previstos no Capítulo V deste Título e na legislação sobre seguro social.

§ 2º As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas à justiça ordinária, na forma do Decreto nº 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

§ 3º A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO decorrentes da relação de trabalho. *(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/8/2001)*

Art. 644. São órgãos da Justiça do Trabalho:

a) o Tribunal Superior do Trabalho;

b) os Tribunais Regionais do Trabalho;

c) as Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juízos de Direito. *(Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 9.797, de 9/9/1946) (Vide art. 111 da Constituição Federal de 1988)*

.....

Seção II Da Jurisdição e Competência das Juntas

.....

Art. 652. Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) conciliar e julgar:

I - os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;

II - os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;

III - os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice;

IV - os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;

V - as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO decorrentes da relação de trabalho; (Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

- b) processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;
 - c) julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;
 - d) impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;
- (Alínea com redação dada pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 20/3/1944)
- e) (Suprimida pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 20/3/1944)

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o Presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

Art. 653. Compete, ainda, às Juntas de Conciliação e Julgamento:

- a) requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;
 - b) realizar as diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Alínea retificada pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 20/3/1944) (Expressões “Conselhos Regionais” e “Conselho Nacional” alteradas pelo Decreto-Lei nº 9.797, de 9/9/1946)
 - c) julgar as suspeições argüidas contra os seus membros;
 - d) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;
 - e) expedir precatórias e cumprir as que lhes forem deprecadas;
 - f) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.
-

TÍTULO X DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 763. O processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e coletivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á, em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste Título.

Art. 764. Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Art. 765. Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Art. 766. Nos dissídios sobre estipulação de salários, serão estabelecidas condições que, assegurando justos salários aos trabalhadores, permitam também justa retribuição às empresas interessadas.

Art. 767. A compensação, ou retenção, só poderá ser argüida como matéria de defesa. [\(Artigo retificado pelo Decreto-Lei nº 6.353, de 20/3/1944\)](#)

Art. 768. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

CAPÍTULO II DO PROCESSO EM GERAL

Seção I Dos Atos, Termos e Prazos Processuais

Art. 770. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

Parágrafo único. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

.....
.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

TÍTULO VI
DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

CAPÍTULO XIX
DA TRANSAÇÃO

Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas.

Art. 841. Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.

Art. 842. A transação far-se-á por escritura pública, nas obrigações em que a lei o exige, ou por instrumento particular, nas em que ela o admite; se recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública, ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz.

LIVRO IV
DO DIREITO DE FAMÍLIA

TÍTULO I
DO DIREITO PESSOAL

SUBTÍTULO I
DO CASAMENTO

CAPÍTULO X
DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL

Art. 1.574. Dar-se-á a separação judicial por mútuo consentimento dos cônjuges se forem casados por mais de um ano e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologada a convenção.

Parágrafo único. O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.

Art. 1.575. A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens.

Parágrafo único. A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida.

.....

.....

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO II DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

.....

Seção XVII Disposições finais

Art. 56. Instituído o Juizado Especial, serão implantadas as curadorias necessárias e o serviço de assistência judiciária.

Art. 57. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.

Parágrafo único. Valerá como título extrajudicial o acordo celebrado pelas partes, por instrumento escrito, referendado pelo órgão competente do Ministério Público.

Art. 58. As normas de organização judiciária local poderão estender a conciliação prevista nos arts. 22 e 23 a causas não abrangidas por esta Lei.

.....

.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

LIVRO I
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

.....

TÍTULO VI
DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

.....

CAPÍTULO III
DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

.....

Art. 269. Haverá resolução de mérito: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, publicada no DOU de 23/12/2005, em vigor 6 meses após a publicação)*

I - quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)*

II - quando o réu reconhecer a procedência do pedido; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)*

III - quando as partes transigirem; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)*

IV - quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)*

V - quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação. *(Inciso com redação dada pela Lei nº 5.925, de 1/10/1973)*

TÍTULO VII
DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 270. Este Código regula o processo de conhecimento (Livro I), de execução (Livro II), cautelar (Livro III) e os procedimentos especiais (Livro IV).

.....

TÍTULO VIII
DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

.....

CAPÍTULO X
DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA
(Capítulo acrescido pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, publicada no DOU de 23/12/2005, em vigor 6 meses após a publicação)

.....

Art. 475-N. São títulos executivos judiciais:

I – a sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia;

II – a sentença penal condenatória transitada em julgado;

III – a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo;

IV – a sentença arbitral;

V – o acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente;

VI – a sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – o formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, IV e VI, o mandado inicial (art. 475-J) incluirá a ordem de citação do devedor, no juízo cível, para liquidação ou execução, conforme o caso. [Artigo acrescido pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, publicada no DOU de 23/12/2005, em vigor 6 meses após a publicação](#)

Art. 475-O. A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, observadas as seguintes normas:

I – corre por iniciativa, conta e responsabilidade do exeqüente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido;

II – fica sem efeito, sobrevivendo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento;

III – o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.

§ 1º No caso do inciso II do *caput* deste artigo, se a sentença provisória for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução.

§ 2º A caução a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo poderá ser dispensada:

I – quando, nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, até o limite de sessenta vezes o valor do salário-mínimo, o exeqüente demonstrar situação de necessidade;

II – nos casos de execução provisória em que penda agravo perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça (art. 544), salvo quando da dispensa possa manifestamente resultar risco de grave dano, de difícil ou incerta reparação. [Inciso com redação dada pela Lei nº 12.322, de 9/9/2010, em vigor 90 dias após a data de sua publicação](#)

§ 3º Ao requerer a execução provisória, o exequente instruirá a petição com cópias autenticadas das seguintes peças do processo, podendo o advogado declarar a autenticidade, sob sua responsabilidade pessoal: [Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.322, de 9/9/2010, em vigor 90 dias após a data de sua publicação](#)

I – sentença ou acórdão exequendo;

II – certidão de interposição do recurso não dotado de efeito suspensivo;

III – procurações outorgadas pelas partes;

IV – decisão de habilitação, se for o caso;

V – facultativamente, outras peças processuais que o exequente considere necessárias. [\(Artigo acrescido pela Lei nº 11.232, de 22/12/2005, publicada no DOU de 23/12/2005, em vigor 6 meses após a publicação\)](#)

.....

.....

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a arbitragem.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

.....

.....

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em apreço pretende estabelecer a possibilidade de homologação de acordos extrajudiciais pela Justiça do Trabalho.

O Nobre Signatário esclarece tratar-se de proposição apresentada na legislatura passada pelo então Deputado Ruy Pauletti do PSDB/RS. Assim, com a reapresentação do Projeto, pretende dar continuidade ao trabalho iniciado por aquele Autor, tendo em vista que a matéria é de interesse e importância para os trabalhadores de todo o Brasil.

Decorrido o prazo regimental sem que fossem oferecidas Emendas ao Projeto, conforme termo de 16 de junho de 2011.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Em boa hora nossos Colegas Congressistas submetem ao Parlamento a discussão sobre a aplicabilidade da *jurisdição voluntária* na Justiça do Trabalho, mais especificamente, sobre a possibilidade de essa Justiça homologar acordo celebrado pelas partes fora do âmbito judicial, sem a instrução de um processo, prevenindo a interposição de reclamação ou de qualquer ação trabalhista.

Doutrina e jurisprudência travam intermináveis controvérsias sobre antagônicos pontos de vista. De um lado, sustenta-se a aplicabilidade subsidiária (autorizada pelo Art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) da jurisdição voluntária (Art. 1º, do Código de Processo Civil – CPC), com base no Art. 584, inciso III, do CPC e do Art. 57 da Lei n.º 9.099/95, combinados com o Art. 114 da Constituição Federal (CF). De outro lado, prega-se a inadmissibilidade dessa atividade jurisdicional, seja por falta de previsão legal expressa, seja pela especificidade desta Justiça, dotada de peculiaridades e princípios próprios.

Sob esse prisma, argumenta-se que: a homologação de acordo extrajudicial não está incluída no restritivo rol de atividades jurisdicionais estabelecidos no Art. 652 consolidado; a função conciliadora do Judiciário pressupõe pretensão resistida sob o rito de um processo submetido a sua apreciação; os direitos trabalhistas são irrenunciáveis, posto que de ordem pública e de natureza alimentar, o que impossibilita *mútuas concessões* e *transação* de direitos nesta seara.

Todavia os fatos vêm se distanciando da “realidade jurídica” e sobrepondo-se à utopia das teses: ainda que pela via transversa (posto que relutante em admitir a prática da jurisdição voluntária), o Judiciário vem chancelando (mesmo sem o saber) a prática das “lides simuladas”: já são conhecidos os casos em que o trabalhador e o empregador compactuam por meio da interposição de uma reclamação trabalhista para obterem em audiência o acordo previamente formulado.

Ora, o Judiciário não pode se negar à sua primordial função de pacificação social. Afinal, a conciliação é objetivo tão primordial do direito processual do trabalho que pode ser promovida em qualquer tempo e grau de jurisdição e, ao contrário, se não tentada importa até em nulidade do processo.

Ocorre que a Justiça não pode ser usada para legitimar ilicitudes. É, no mínimo, inusitado e injusto que as “lides simuladas” sejam legitimadas enquanto que, na contra mão do Estado de Direito, as leis sirvam de instrumento para que seja recusada a segurança jurídica pretendida pelas partes, indeferindo-se requerimento judicial de homologação de acordo, firmado de forma extrajudicial, mas em consonância com os princípios da boa-fé e da ética, sem qualquer intenção de lesar o trabalhador. Veja-se, por exemplo, o seguinte julgado:

“O artigo seiscentos e cinqüenta e dois da Consolidação das Leis do Trabalho é um preceito de ordem restritiva, elencando as únicas hipóteses em que detém a Junta competência para exercer atividade jurisdicional. E, somente lhe compete conciliar dissídios, isto é, exercer sua atividade precípua sobre um contencioso, uma lide caracterizada pela pretensão resistida. Não se inclui neste rol a atividade jurisdicional em homologação de acordos que não são realizados dentro de um processo, que não resultem de uma controvérsia submetida à apreciação do Judiciário. Assim, ao ser conferida validade de coisa julgada a uma acordo administrativo homologado incorretamente pela JCJ, violado o dispositivo supra transcrito. Embargos conhecidos e providos.” (TST, SDI-1, ERR 264782, decisão em 23/02/1999, DJ de 12/03/1999)

Diversos arestos com essa mesma posição (ERR 380802; ERR 269045; RR 358415; RR 408328; RR 664543; RR 441339; RR 610248) acabam por revelar a posição do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no sentido de não admitir a homologação de acordos extrajudiciais, como atividade de jurisdição voluntária da Justiça do Trabalho

Mas, quando ajuizada reclamação trabalhista, o comparecimento do “reclamante” (o trabalhador) sequer é exigível e o acordo, mesmo firmado de forma extrajudicial, antes da realização da audiência, vem sendo homologado e convalidado pela Justiça, conforme ilustram os seguintes arestos:

“RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL REALIZADO ANTES DA AUDIÊNCIA. A ausência do Reclamante na audiência de conciliação não impede a homologação de acordo previamente realizado e comunicado ao Juízo, mediante petição assinada por ambas as partes litigantes. Recurso conhecido e provido.” (TST, 3ª Turma, RR 613989, DJ de 03.09.2004, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi).

“HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL CELEBRADO ANTES DA AUDIÊNCIA INAUGURAL. AUSÊNCIA DO RECLAMANTE. EFEITOS. A C. SBDI-2, apreciando recurso ordinário em ação rescisória ajuizada por ex-empregado que objetivava a desconstituição de sentença homologatória de acordo, em situação similar, já decidiu que, não demonstrado vício de consentimento, a ausência do Autor na inaugural não tem o condão de obstaculizar a homologação requerida. A imposição legal de presença das partes contidas nos arts. 843 e 844 da CLT destina-se, exatamente, à realização de conciliação e ao prosseguimento do feito, na hipótese de frustração do acordo (ROAR - 525.180/99, Relator Ministro Francisco Fausto, DJ 11/10/2002). Recurso conhecido e provido.” (TST, 3ª Turma, RR 1301/2002, DJ 21/05/2004, Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi)

“TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO - AUSÊNCIA DO RECLAMANTE NA AUDIÊNCIA INAUGURAL - INEXIGIBILIDADE. Não havendo nenhuma evidência de vício que pudesse comprometer a transação

extrajudicial firmada e subscrita pelas partes e seus respectivos advogados, com poderes específicos para transigir, revela-se necessária a sua homologação, não sendo exigível o comparecimento do reclamante na audiência inaugural, conforme precedentes desta Corte. Recurso de revista provido.” (TST, 4ª Turma, RR 208/2003, DJ 25/06/2004, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho).

Em face desses julgados, preocupa-nos, sobretudo, o fato de que muitas empresas exigem, como condição para efetuar o pagamento de verbas rescisórias, a assinatura do trabalhador em um “acordo” de quitação, juntamente com a outorga de procuração a advogado, por ela indicado, para ajuizar reclamação trabalhista, e com poderes específicos para transigir.

Cada vez mais assoberbado com o acúmulo de processos, o Judiciário busca a sempre almejada celeridade processual. Mas, ainda que bem lançados os fundamentos dos arestos citados, inegavelmente movidos pela nobre intenção de dirimir com eficiência a entrega da prestação jurisdicional, a posição do TST acaba por convalidar manobras lesivas aos direitos do trabalhador, alimentando a interposição dessas tão conhecidas lides simuladas. O efeito é simbiótico e contraria a aplicação do direito e a efetivação de justiça.

O Projeto em apreço tem o mérito de enfrentar abertamente essa questão, deixando patentes as seguintes premissas: a participação conjunta das partes, a obrigatória *assistência* de advogados e a realização de audiência para *ouvir as partes*. Sem dúvida, o contato direto e pessoal dos interessados dificultará manobras dissimuladas ou possibilitará que vícios de consentimentos sejam evidenciados mais facilmente.

A fim de enfatizar a importância da realização da audiência e da atuação do Juiz para a segurança jurídica buscada pelos interessados por meio da atividade de jurisdição voluntária, entendemos ser relevante também estabelecer que:

“Na audiência designada, o Juiz, após ouvir os interessados, decidirá com resolução de mérito, observando os preceitos e princípios que

fundamentam o Direito do Trabalho e que decorrem da natureza e dos objetivos sociais da Justiça do Trabalho.”

Assim, com as nossas homenagens aos Ilustres proponentes, manifestamo-nos pelo acolhimento da proposição. Todavia entendemos serem necessários alguns aprimoramentos técnico-legislativos, conforme anotados a seguir.

Quanto ao Art. 643 da CLT, é necessário atualizar seu texto, considerando não apenas a pretensão do Projeto em apreço, mas as seguintes premissas:

- a) ampliação de competência da Justiça do Trabalho estabelecida pela CF/88;
- b) revogação de seu § 1º, pois refere-se à Câmara de Previdência Social e ao Conselho Nacional do Trabalho, que consistia no *“tribunal superior da Justiça do Trabalho”* (Art. 690, também revogado, com a redação anterior ao Decreto-lei nº 8.737/46), então órgão de recursos em matéria contenciosa de previdência social;
- c) não recepção constitucional de seu § 2º, pela CF/88, com a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) 45/04, conforme já pacificado pelo STF (CC 7204/MG, entre o TST e o Tribunal de Alçada do Estado de MG); e
- d) a especificação do disposto no § 3º (acrescentado pela MP n.º 2.164-41, de 2001) é desnecessária, tendo em vista que o Art. 643 trata a competência da Justiça do Trabalho de forma genérica, enquanto o Art. 652, que especifica as matérias de competência da primeira instância jurisdicional, já previu entre aquelas *“as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO decorrentes da relação de trabalho”* (inciso V, também incluído pela MP n.º 2.164-41, de 2001). Em respeito à

técnica legislativa, a redação do *caput* do Art. 643 é que deveria ter sido atualizada (com a forma mais inclusiva das novas competências da Justiça do Trabalho), em vez de se acrescentar o § 3º, como fez a Medida Provisória citada.

Em face das considerações acima, sugerimos a seguinte redação para o *caput* do Art. 643: *As lides e os acordos extrajudiciais oriundos das relações de trabalho serão dirimidos e homologados pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título [que trata “Da Justiça do Trabalho”, Título VIII] e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho [disposto no Título X].*

O Art. 643 está inserido no “Capítulo I – Introdução”, do “Título VIII – Da Justiça do Trabalho”, enquanto o Art. 764 está inserido nas “Disposições Preliminares” (Capítulo I) do “Processo Judiciário do Trabalho (Título X). Nesse sentido, é imprópria a inclusão dos dispositivos alfa-numéricos (Arts. 764-A até 764-D) propostos no Art. 3º do Projeto. Tratando-se de *procedimentos* relativos à *jurisdição voluntária* da Justiça do Trabalho (e não de *processo judicial*) é mais pertinente e com melhor técnica legislativa que os preceitos propostos sejam inseridos na forma de parágrafos ao Art. 643.

Portanto, no Substitutivo que oferecemos, o § 1º do Art. 643 corresponde ao texto do Art. 764-A do Projeto original; o inciso I do § 2º traz o conteúdo do Art. 764-B; o inciso II do § 2º e o § 3º contém a proposta do Art. 764-C e o § 4º corresponde ao Art. 764-D.

No que se refere à alteração proposta (pelo Art. 2º do Projeto) para o Art. 652 da CLT, consideramos juridicamente inadequado inserir “os acordos extrajudiciais”, entre as hipóteses passíveis de *conciliação e julgamento* (atualmente, as constantes da alínea “a”). A providência pertinente, na verdade, deve ser no sentido de acrescentar a competência homologatória, no mesmo nível, em termos de estrutura legislativa, das atuais competências para *conciliar e julgar* (alínea “a”) dissídios e ações (discriminados em incisos); *processar e julgar* (alínea “b”) inquéritos; *julgar* (alínea “c”) embargos; *impor multas e outras penalidades* (alínea “d”). A previsão de *homologação*, portanto, deveria ser inserida por meio de alínea “e”.

Ocorre que, hoje, a numeração desse artigo está em total desacordo com a técnica legislativa estabelecida no inciso II do Art. 10 da Lei Complementar (LC) n.º 95/98, impondo-se a substituição das atuais alíneas por incisos e dos atuais incisos por alíneas. A oportunidade também dá ensejo à atualização do texto do respectivo parágrafo único, tendo em vista que a EC n.º 24/99 extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

Assim procedemos, portanto, com o texto que sugerimos para o Art. 652 sob análise, sem qualquer alteração de mérito desses dispositivos em relação à matéria atualmente vigente. A exceção, obviamente, é apenas a decorrente do acolhimento da presente proposição: o inciso V fixa a *competência homologatória* em face da atividade jurisdicional voluntária estabelecida no Art. 643, conforme apreciado.

Em vista do exposto, somos pela **aprovação** do PL n.º 1.153/2011, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 1º de agosto de 2011.

Deputado LUCIANO CASTRO
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.153, DE 2011.

Altera a redação dos Arts. 643 e 652 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a homologação de acordo extrajudicial em sede de jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho, promovendo atualizações determinadas pela Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 643. As lides e os acordos extrajudiciais oriundos das relações de trabalho serão dirimidos e homologados pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.

§ 1º O ajuste firmado mediante concessões recíprocas para prevenir ou terminar litígio decorrente da relação de trabalho, ainda que inclua matéria não posta em juízo, produzirá os efeitos de um acordo judicial quando homologado com base na atividade de jurisdição voluntária da Justiça do Trabalho.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º deste artigo, será observado o seguinte procedimento:

I – Os interessados, obrigatoriamente assistidos por seus respectivos advogados, apresentarão requerimento conjunto, com a indicação da providência judicial fundada no inciso V do Art. 652, contendo as condições do acordo firmado de forma extrajudicial;

II – Na audiência designada, o Juiz, após ouvir os interessados, decidirá com resolução de mérito, observando os preceitos e princípios que fundamentam o Direito do Trabalho e que decorrem da natureza e dos objetivos sociais da Justiça do Trabalho.

§ 3º A sentença homologatória valerá como título executivo judicial, passível apenas de rescisão mediante a ação pertinente.

§4º Da sentença que decidir pela não homologação do pedido formulado pelos interessados, somente caberá recurso para a instância superior quando interposto conjuntamente pelos interessados.” (NR)

Art. 2º O Art. 652 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 652. Compete às Varas do Trabalho:

I - processar, conciliar e julgar:

- a) os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;*
- b) os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;*
- c) os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice;*
- d) as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o órgão gestor de mão de obra decorrentes da relação de trabalho;*
- e) os demais dissídios decorrentes da relação de trabalho.*

II – processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;

III – julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;

IV – impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;

V – homologar os acordos extrajudiciais, segundo os preceitos estabelecidos no Art. 643.

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o Juiz do Trabalho, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de agosto de 2011.

Deputado LUCIANO CASTRO

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 1.153/11, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Luciano Castro, contra os votos dos Deputados Vicentinho, Alice Portugal, Mauro Nazif, Roberto Santiago, André Figueiredo e Policarpo. O Deputado Assis Melo apresentou voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Silvio Costa - Presidente, Eros Biondini e Augusto Coutinho - Vice-Presidentes, Andreia Zito, Assis Melo, Daniel Almeida, Erivelton Santana, Eudes Xavier, Fátima Pelaes, Gorete Pereira, Laercio Oliveira, Luciano Castro, Mauro Nazif, Policarpo, Roberto Balestra, Ronaldo Nogueira, Vicentinho, Walney Rocha, Alice Portugal, André Figueiredo, Edinho Bez, Leonardo Quintão, Manuela d'Ávila, Roberto Santiago e Sebastião Bala Rocha.

Sala da Comissão, em 14 de dezembro de 2011

Deputado SILVIO COSTA
Presidente

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ASSIS MELO

O presente projeto de lei visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre o procedimento conjunto de jurisdição

voluntária na Justiça do Trabalho, para possibilitar a homologação de acordo extrajudicial firmado pelos interessados.

Para tanto, começa por dar nova redação ao art. 643 da CLT, que passa a determinar que *os dissídios e os acordos extrajudiciais oriundos das relações de trabalho, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão homologados e dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho (art. 1º).*

Em seguida, altera o art. 652 do mesmo diploma consolidado a fim de alterar a competência das Varas de Trabalho que, além de conciliar e julgar, passarão também a homologar os acordos extrajudiciais, nos termos da nova redação dada ao art. 643 e ao Título X da CLT (art. 2º), o qual passará a ser denominado de “DO PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO E PROCEDIMENTO CONJUNTO DE JURIDISDIÇÃO VOLUNTÁRIA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL” e a contar com mais quatro novos arts. 764-A, 764-B, 764-C e 764-D, que disciplinarão o procedimento conjunto de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial (art. 2º).

Em sua justificação o autor, nobre Deputado Sandro Mabel, alega que a presente proposição foi apresentada na Legislatura passada pelo ex-deputado Ruy Pauletti do PSDB/RS. A reapresentação tem como finalidade dar continuidade ao trabalho iniciado pelo ex-deputado que não retornou a essa legislatura.

E segue: *a resistência da Justiça obreira em não homologar acordos extrajudiciais, livremente pactuados, deixará de existir com a aprovação do presente projeto de lei. Como vimos, a ferrenha resistência para tais homologações judiciais persiste unicamente na Justiça do Trabalho, em que pese toda a modificação ocorrida nestes últimos tempos no direito material e processual civil, perfeitamente aplicável ao processo do trabalho, a teor do artigo 769 da CLT. A aprovação deste Projeto de Lei certamente que trará vantagens e benefícios para o trabalhador, que assistido por advogado terá suas controvérsias resolvidas em menor tempo, sem prejudicar a manutenção do vínculo existente. Acreditamos que as partes integrantes da relação de trabalho se beneficiarão diretamente com a alteração ora proposta, pois as controvérsias se resolverão por ajuste entre as*

partes. Da mesma forma a sociedade, pela natural diminuição dos conflitos judiciais. E, por fim, o Estado, que economizará em muito com os custos do judiciário trabalhista, que crescem dia a dia.

Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, um dos órgãos técnicos encarregados de analisar o mérito do projeto, foi designado para relatar a matéria o nobre Deputado Luciano Castro, que aprovou a proposição nos termos de Substitutivo, que procede a um rearranjo nos artigos modificados pelo projeto, dispondo-os conforme a sistemática da CLT, além de dar nova redação ao art. 652, sem mudança de mérito em relação à redação hoje existente, com o objetivo tão somente de adaptá-lo à técnica legislativa estabelecida no inciso II do Art. 10 da Lei Complementar n.º 95, de 1998, *impondo-se a substituição das atuais alíneas por incisos e dos atuais incisos por alíneas. A oportunidade também dá ensejo à atualização do texto do respectivo parágrafo único, tendo em vista que a EC n.º 24/99 extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.*

Louvamos a boa intenção do autor da proposição, nobre Deputado Sandro Mabel, em tentar modernizar os procedimentos judiciais trabalhistas em vista da nova realidade verificada nas relações de trabalho no Brasil, dando-lhes mais dinâmica e celeridade, que são exigidas em determinadas situações resultantes de conjuntura econômica adversa. Também reconhecemos o ótimo trabalho do relator, nobre Deputado Luciano Castro, que muito aperfeiçoa a proposta original, com o substitutivo que nada deixa a desejar sob o ponto de vista da técnica jurídica e legislativa.

Todavia não temos como concordar com os nobres signatários das proposições.

Entendemos, em primeiro lugar, que as partes das relações de trabalho no Brasil, trabalhadores e empregadores, ainda não estão em condição de igualdade, em termos de representação sindical para o trabalhador ou de assistência corporativa, para o prestador de serviço autônomo ou trabalhador avulso, a ponto de firmar um:

ajuste mediante concessões recíprocas para prevenir ou terminar litígio decorrente da relação de trabalho, ainda que inclua matéria não posta em juízo, que produzirá os efeitos de

um acordo judicial quando homologado com base na atividade de jurisdição voluntária da Justiça do Trabalho (redação do art. 643 proposto pelo Substitutivo).

As regras de Direito que regulam as relações de trabalho têm caráter protetivo ao empregado, por ser este a parte hipossuficiente, ao contrário do que acontece no Direito Civil, que, a princípio, parte do pressuposto da igualdade entre as partes. Desse modo, a legislação trabalhista preocupou-se bastante em estabelecer maior proteção à parte hipossuficiente, o trabalhador.

Assim, essa aparente desigualdade tem por finalidade igualar as partes no âmbito do Direito do Trabalho, o que decorre do princípio constitucional da isonomia, que caracteriza cujo preceito consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.

A proteção ao trabalhador no Direito Trabalhista não se resume à isonomia. É possível apontar vários outros, dentre os quais, pode-se indicar o princípio da proteção que inverte o ônus da prova, da primazia da realidade, da irrenunciabilidade dos direitos, da continuidade da relação de emprego, da boa-fé, da autodeterminação coletiva dentre outros apontados pela doutrina.

Ao contrário do que pretende a proposição em análise, é tendência no ordenamento jurídico brasileiro, a proteção às partes menos favorecidas, até mesmo nas relações privadas apontadas no Código Civil Brasileiro, que objetiva tutelar a parte hipossuficiente na formação do negócio jurídico, impedindo a efetivação de obrigações que imponham sacrifício exagerado a uma das partes, obviamente a mais frágil.

O projeto em análise, ao desconsiderar esses princípios, pratica uma verdadeira chantagem contra o trabalhador, que se vê na posição de ou aceitar o acordo imposto pela empresa ou demandar em juízo durante anos até que venha a ter os seus direitos reconhecidos e pagos.

Ademais, a legislação trabalhista já permite a realização de acordos extrajudiciais.

As Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pela Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, são autorizadas a celebrar acordo extrajudicial que

configura título executivo e pode, caso não seja cumprido, ser executado judicialmente, dispensado o processo de conhecimento.

Vários mecanismos de proteção ao trabalhador foram adotados ao se instituir as Comissões referidas. O principal é a participação do sindicato profissional, uma vez que as Comissões devem ser previstas em instrumento coletivo.

Empregados e empregadores podem, além disso, celebrar acordos coletivos ou individuais.

A necessária homologação de acordos trabalhistas extrajudiciais, nos termos propostos, apenas burocratiza o processo do trabalho, assoberbando a Justiça especializada, conferindo-lhe função meramente cartorial.

Com efeito, a maioria dos acordos extrajudiciais realizados de boa-fé é respeitada. O problema ocorre com poucos acordos em que se tenta, normalmente, suprimir direitos do trabalhador, sob a ameaça de não se pagar nada.

Nesse caso, entendemos que a relação de trabalho deve ser submetida ao exame da Justiça do Trabalho e não apenas o acordo celebrado pelas partes, que pode estar eivado de vícios e nulidades.

Lembre-se de que a tentativa de acordo é obrigatória no processo do trabalho. O juiz tem o dever de tentar a conciliação. As partes podem ou não aceitá-la. Caso o acordo celebrado anteriormente seja razoável, não há impedimento para que seja repetido e, dessa vez, homologado pelo juiz.

As alterações propostas, portanto, podem vir a prejudicar o trabalhador e são contrárias ao princípio protetivo do direito e do processo do trabalho.

Além disso, representam uma atribuição não jurisdicional à Justiça do Trabalho, cuja principal competência é dirimir litígios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e não meramente homologar acordos que podem ou não ser observados. O litígio apenas existe se o acordo não for cumprido.

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº

1.153, de 2011, e do Substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Luciano Castro.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2011.

Deputado ASSIS MELO

FIM DO DOCUMENTO
